

Contas públicas melhoram em 97

■ Déficit de R\$ 4,6 bilhões em janeiro, contra os R\$ 5,4 bilhões registrados no mesmo mês de 96, mostra trajetória de queda

WLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA — Os governos federal, estadual e municipal e as empresas estatais apresentaram, em janeiro, um déficit nominal de R\$ 4,63 bilhões, resultado do total das receitas menos o conjunto de despesas corrigidas pela inflação mais os juros. A cifra é bem melhor que o buraco nas contas públicas registrado no mesmo mês do ano passado, de R\$ 5,47 bilhões, mas é um pouco pior que o desempenho do mês de dezembro último (quando o déficit nominal foi de R\$ 4,45 bilhões). O grosso do déficit decorreu do pagamento de juros, que absorveu R\$ 3,84 bilhões no mês de janeiro.

Os dados divulgados ontem pelo Banco Central, de qualquer modo, indicam que nos três conceitos — nominal, operacional ou primário — o déficit público vem seguindo uma trajetória firme de queda de junho do ano passado para cá. Na comparação dos últimos 12 meses, a melhoria é nítida. O déficit nominal caiu de 7,83% do Produto Interno Bruto (PIB), em janeiro do

ano passado, para 5,84% em janeiro deste ano. Isto representa uma economia de R\$ 16 bilhões, a mesma receita que a União poderá ter com a privatização da Telebrás.

O déficit operacional, que expurga os efeitos da correção monetária sobre as contas públicas, também caiu de 5,47% do PIB, em janeiro de 1996, para 3,65% do PIB, em janeiro deste ano.

O déficit nominal, que considera juros e inflação, passa a ser o indicador mais adequado para a política fiscal numa economia estabilizada. Conceito comum à maioria dos países, o déficit nominal havia sido deixado de lado durante os períodos de inflação alta.

Tendência — Ao divulgar ontem os números, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes, apostou na tendência de melhora para este ano. “A queda nos juros e o esforço de controle de gastos que vem sendo feito está produzindo números melhores”, disse ele.

Segundo o economista do BC, “há muito ainda a ser feito, mas a

tendência está aí”. Altamir referia-se aos dados dos governos federal, estaduais e municipais, bem como do próprio BC e das empresas estatais, que apontam para o enxugamento de gastos.

As projeções do economista Raul Velloso, um especialista em política fiscal, confirmam a tendência otimista, iniciada em junho de 1996. Para o final do ano, ele aposta num superávit primário do setor público de 0,7% do PIB, ou R\$ 5,6 bilhões — quase um ano de arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O que fica fora do resultado primário são os gastos com juros, que somaram R\$ 29 bilhões no ano passado, já descontada a inflação. No rol de despesas de cada governo, esse é um item que deve diminuir em 1997.

A taxa Selic, paga pelo setor público na colocação de seus títulos, caiu de 2,6%, em janeiro de 1996, para 1,7%, em janeiro último. “Trata-se de uma queda de 35% nas taxas, o que é substancial”, lembra Velloso.

Os gastos

